

Brasília, 03 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Deputado Julio Lopes defende reforço no INPI para proteger inovação no Brasil 4

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Governo afirma que o país avançou na redução do tempo para registro de patentes 5

Jota Info

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

STJ: convivência pacífica entre marcas não impede que INPI vete registro 6

MSN Notícias

Quarta-feira, 03 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Negociação com EUA é incipiente e reversão de tarifa improvável, diz ex-OMC 7

Mundo do Marketing

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marcas

A Copa do Mundo e a polêmica do Marketing de emboscada 9

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Julgamento no STJ levanta questões sobre direitos autorais 12

Economia & Negócios - Estadão

Quarta-feira, 03 de junho de 2026 | Patentes

Minerais críticos tornam o Brasil peça-chave no embate entre EUA e China, diz Thi... 13

O Globo

Quarta-feira, 03 de junho de 2026 | Pirataria

Em 7 postos: acusações dos EUA e defesa do Brasil 17

Folha de S. Paulo

Quarta-feira, 03 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Entenda em pontos a Seção 301, que mira Pix, 25 de Março e desmatamento 20

Correio Braziliense - Online

Quarta-feira, 03 de junho de 2026 | Pirataria

A ironia do livre mercado 23

Folha.com

Quarta-feira, 03 de junho de 2026 | Pirataria

Seção 301 já foi usada para pressão, e há espaço para Brasil negociar com EUA, di... 25

G1 - Globo

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Patentes

Leia nota do governo brasileiro que rebate proposta dos EUA de novo tarifaço cont... 27

Sumário

O Globo Online

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Tarifa dos EUA contra o Brasil pouparia café, carnes e aeronaves em lista com 73... .. 29

Quarta-feira, 03 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

De bananada a arma de fogo: Michelle é autora de mais de 70 pedidos de registro d... .. 31

Quarta-feira, 03 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Retaliação, China e negociação: os caminhos do governo Lula para tentar evitar o t... .. 32

Veja.com

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Julgamento no STJ de processo contra Xuxa que já dura 26 anos pode redefinir pr... .. 34

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Câmara celebra 30 anos da Lei de Propriedade Industrial 37

Consultor Jurídico

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Empresa indenizará empregados pela perda da chance de patente 39

Deputado Julio Lopes defende reforço no INPI para proteger inovação no Brasil



Painel Eletrônico

O deputado Julio Lopes (PP-RJ) defendeu um reforço na estrutura do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, durante entrevista ao Painel Eletrônico nesta terça-feira (2). O parlamentar é autor do pedido de realização de uma sessão solene no Plenário da Câmara, nesta terça, às 11h, para marcar os 30 anos da Lei de **Propriedade Industrial** (Lei 9.279/1996).

Segundo Lopes, a lei trouxe avanços importantes na proteção à inovação industrial no país, com regras sobre **patentes**, marcas, **desenho industrial**, indicações geográficas e combate à **concorrência desleal**.

"O Brasil tem uma boa legislação de **direito autoral**. E internacionalmente, ela é muito respeitada. O que a gente precisa agora é, na regulação, melhorar a atuação do **INPI**," defendeu.

O deputado enfatizou a importância de um marco regulatório que valorize e proteja a inovação.

"Cada vez mais o mundo depende das inovações, das novas ideias, dos novos registros, das novas possibilidades. E é exatamente disso do que trata a **propriedade intelectual**. São os cientistas, os técnicos, os desenvolvedores, os inventores, aqueles que investem em tecnologia, que transformam a sociedade a partir das inovações das novas técnicas. E isso precisa ser patentado para que essas invenções possam remunerar nossas novas invenções e assim fazer essa roda da inovação geral," disse.

Foram convidados para a sessão solene em homenagem aos 30 anos da Lei de **Propriedade Industrial** representantes do governo e da indústria.

Apresentação: Ana Raquel Macedo

Governo afirma que o país avançou na redução do tempo para registro de patentes



Sua opinião sobre: PL 2627/2026

Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Em sessão solene na Câmara dos Deputados, em homenagem aos 30 anos da Lei da **Propriedade Industrial**, o governo ressaltou nesta terça-feira (2) que o país conseguiu reduzir o tempo médio de **registro de patentes** de quase 7 anos, em 2023, para 4,3 anos neste ano. Mas representantes da indústria disseram que quase 80% dos registros são feitos por estrangeiros.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ), que solicitou a sessão, lembrou que, além de **patentes**, a Lei da **Propriedade Industrial** regulamentou o reconhecimento de **indicações geográficas** pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**.

Essas indicações são produtos típicos de determinada região, como o queijo da Serra da Canastra em Minas Gerais. Até abril deste ano, o Brasil contabilizava 169 indicações geográficas.

Julio Lopes disse que a Lei de **Propriedade Industrial** tem sido aperfeiçoada. Segundo ele, o **INPI** recebeu 504 mil pedidos de novas marcas em 2025, o maior total da série histórica:

"É a afirmação de que o Brasil quer competir no mundo não apenas pela abundância dos seus recursos naturais e minerais, mas também pela inteligência aplicada a eles."

O deputado Mersinho Lucena (PSD-PB) disse que o **INPI** tem que ser cada vez mais rápido para dar conta dos avanços tecnológicos. Ele citou a importância do combate à **pirataria**, que, segundo estudos, teria gerado perdas de R\$ 500 bilhões no país somente em 2025.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados

O presidente do **INPI**, Julio César Moreira, disse que o órgão está trabalhando em um planejamento para os próximos dez anos.

"Defendo que países com nível de desenvolvimento semelhante ao nosso atuem de forma harmonizada e defendam seus interesses nos fóruns internacionais de **propriedade industrial**, na Organização Mundial da **Propriedade Industrial** (OMPI) e em outros espaços."

Schmuell Cantanhede, da OMPI, elogiou a legislação brasileira por recentemente incluir os jogos eletrônicos no seu arcabouço, o que seria importante para o Brasil, que tem a quinta comunidade gamer do mundo.

Niemeyer

Durante a sessão, que contou com a presença do bisneto do arquiteto Oscar Niemeyer, Paulo Sérgio, o deputado Julio Lopes anunciou o Projeto de Lei 2627/26, que institui a Semana Niemeyer na segunda semana de dezembro de cada ano.

O projeto também denomina 2027 como o "Ano Niemeyer", quando serão comemorados os 120 anos de nascimento do arquiteto. Niemeyer morreu em dezembro de 2012.

Reportagem - Silvia Mugnatto

Edição - Geórgia Moraes

STJ: convivência pacífica entre marcas não impede que INPI vete registro



Para a relatora, basta existir a mera possibilidade de confusão por parte dos consumidores para justificar a rejeição

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou nesta terça-feira (2/6) um recurso da empresa alemã Drägerwerk. A companhia contestava uma decisão do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** que barrou o registro da marca "Infinity" para o segmento de monitores hospitalares.

O **INPI** recusou o registro porque já existe uma marca parecida, a "Infiniti", de cateteres médicos, pertencente à empresa Cardinal Health. A firma alemã acionou a Justiça contra a recusa, mas perdeu em 1ª e 2ª instâncias. O principal argumento da Drägerwerk era a existência de um acordo firmado entre as duas companhias para a coexistência das marcas.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

Para a ministra Isabel Gallotti, relatora do recurso, a jurisprudência do STJ afirma que basta existir a mera possibilidade de confusão entre produtos para

justificar a rejeição do registro, sem que seja preciso exigir prova de que houve, de fato, algum engano por parte dos consumidores.

A magistrada disse ainda que o acordo entre as empresas não impede a recusa do registro, já que a finalidade da Lei de **Propriedade Industrial** é proteger o consumidor.

"O argumento sobre o tempo de convivência pacífica e autorização de uso e pela própria titular da marca registrada não possuem o condão de afastar conclusões do tribunal de origem, tendo em vista o intento da norma contida na LPI que é proteger o público consumidor e evitar possibilidade de associação indevida, cuja existência foi verificada pelo próprio **INPI** e ambas instâncias ordinárias", afirmou Gallotti.

Sustentando a partir da tribuna, o advogado da Drägerwerk, Paulo Henrique Paiva Santos, disse que a empresa que detinha o registro no Brasil não ofereceu resistência e nem contestação, mas sim um acordo de coexistência.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

"Os produtos são diferentes, o público que adquire esses produtos é altamente técnico e especializado. Não há como comprar um por outro. Há declaração da própria recorrida [Cardinal Health] de que pode conviver com a marca da recorrente [Drägerwerk]", afirmou.

"As partes chegaram a um acordo de que não existe confusão ou qualquer impedimento para que o pedido fosse deferido pelo **INPI**, desde que não fosse para aquele produto específico, que é um cateter médico. A empresa que já detinha o registro produz exclusivamente catéter médico e ela detém a marca para esse cateter".

A discussão foi feita no Resp 2228345.

Negociação com EUA é incipiente e reversão de tarifa improvável, diz ex-OMC



As negociações comerciais entre Brasil e Estados Unidos ainda estão em um momento "incipiente" e a chance de reverter as possíveis tarifas americanas é remota, afirmou o ex-diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio) Roberto Azevêdo ao WW. Segundo Azevêdo, ajustes são possíveis - mas não uma reversão completa da situação.

"Muito difícil ver espaço para alteração no curso nesse momento. A possibilidade disso é muito baixa, remota, por melhor que essas negociações possam vir a se desenvolver", disse.

Nesta terça (2), os americanos propuseram uma taxa de 25% contra diversos produtos brasileiros. O USTR (Escritório Representante Comercial dos Estados Unidos), a partir de uma investigação com base na Seção 301 da Lei Comercial do país, acusou o Brasil de "práticas comerciais e políticas injustas" contra Washington.

"Por definição, as medidas americanas têm que identificar práticas que são desleais, ou consideradas desleais, que prejudicam os interesses da indústria americana", detalha. "Eles 'jogam a tarrafa' para ter certeza que o resultado da investigação seria positivo. Neste aspecto, ele tem o foco exclusivo sobre o Brasil", completa o embaixador.

O governo de Donald Trump focou a acusação em seis áreas: comércio digital e sistemas de pagamento (como o Pix), tarifas preferenciais injustas, fortalecimento do combate à corrupção, acesso ao mercado de etanol, combate ao desmatamento ilegal e proteção da **propriedade intelectual**.

O especialista aponta que Trump busca "driblar" a decisão da Suprema Corte do país que suspendeu parte do tarifação de abril de 2025. Os magistrados consideraram o uso da IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional) ilegal para a aplicação de impostos de importação. A IEEPA era o mecanismo que o governo Trump usou no período.

"A Seção 301 era um plano B para a eventualidade do tarifação ser revertido pela Corte Suprema americana. Então, eles precisavam de algo que desse uma fundamentação jurídica melhor à aplicação dessas tarifas adicionais", disse.

Azevêdo explica que a situação está longe de ser uma surpresa. O USTR iniciou a investigação contra o Brasil em julho do ano passado, justamente contra os pontos de acusação formalizados nesta terça.

Além disso, também manteve na sugestão de tarifa de 25% a lista de exceções anteriores, como carne, café e peças de aviação. "O que mudou foi apenas o valor da tarifa, que antes era 40% e agora baixou", diz Azevêdo.

O Palácio do Planalto disse que recebeu o texto com "indignação" e que não há espaço para a aplicação de medidas unilaterais por parte da Casa Branca. Membros do governo acreditam que a ameaça de uma nova taxa é uma tentativa de pressionar o Brasil a ceder em uma série de negociações com os americanos. Mas ainda veem um espaço de diálogo entre Brasília e Washington.

Azevêdo aponta que, conforme os avanços nas reuniões, os negociadores brasileiros não precisariam ficar "presos" aos pontos que os EUA deixaram na investigação.

"Você não precisa negociar etanol, a regulamentação das big techs, ou a forma de operação do Pix. Não precisa. A negociação está absolutamente em aberto, ela pode envolver qualquer coisa", afirmou. "O céu é o limite."

Continuação: Negociação com EUA é incipiente e reversão de tarifa improvável, diz ex-OMC

Entre os possíveis pontos de ajuste, estão temas como terras raras. O Brasil detém grandes reservas desses minerais, mas pouca capacidade de refino. Os Estados Unidos têm interesse em aumentar a cooperação bilateral nesse tema, mas as tratativas pouco avançam. Outro seria uma redução de barreiras comerciais mútuas, como as taxas brasileiras contra automóveis e outros produtos.

O ex-diretor-geral da OMC explica que o cenário político, no entanto, pode ter interferência nos rumos das reuniões.

"Essa aproximação e identificação de oportunidades passa por um diálogo intenso, confiança mútua, capacidade e desejo de negociar. Tenho sérias dúvidas se, em um ano eleitoral, a negociação é o melhor resultado para um contexto em que a animosidade, a briga, o inimigo externo, pode angariar votos com mais facilidade", finalizou.

A Copa do Mundo e a polêmica do Marketing de emboscada



Marco Antonio dos Anjos e Mariana Munis de Farias abordam como o **marketing de emboscada** busca capturar a atenção do público em grandes eventos e alertam para os desafios éticos, jurídicos e concorrenciais dessa estratégia



À medida que se aproxima a Copa do Mundo, esse grande evento internacional vai ganhando a atenção da população em vários aspectos. O principal deles, claro, é o esportivo, pois o futebol é uma paixão nacional e mobiliza multidões, mas o viés econômico também é muito relevante. Quem vencerá no campo de futebol? Não é possível saber. Quais empresas terão ganhos com esse evento? Essa resposta é ainda mais difícil e gira em torno de variáveis complexas.



Marco Antonio dos Anjos

Quem estuda marketing compreende que a Copa do Mundo, as Olimpíadas e os grandes eventos musicais são muito mais do que atrações de grande popularidade: são laboratórios de meios de comunicação global. E nesse laboratório, nenhuma estratégia é mais fascinante e polêmica do que o chamado marketing de.



Mariana Munis de Farias

O marketing de, ou **ambush marketing**, é uma estratégia pela qual uma marca busca maneiras de se associar, de forma não autorizada e sem pagar os direitos de patrocínio, a um grande evento. O objetivo é capturar a atenção do público e os benefícios de imagem do evento, sem desembolsar os milhões que os patrocinadores oficiais pagaram para estarem lá.



É importante destacar que o **ambush marketing** não é uma coisa só. Ele se manifesta de formas diferentes e com graus distintos de ousadia. Podem ser destacados dois tipos: a , em que a marca se liga indiretamente ao evento, usando temas, cores, personagens ou mascotes sem mencionar explicitamente a competição ou seus símbolos protegidos; outra espécie é a , quando a marca patrocina um atleta, uma equipe ou outro participante, ganhando exposição sem ser patrocinadora do evento em si.



A era da marca xoxa, capenga e sem personalidade acabou

Um exemplo é o famoso caso das modelos holandesas na Copa da África do Sul, em 2010. Uma cervejaria que não patrocinava a competição contratou 36 modelos para entrarem no estádio usando minivestidos laranja com design da sua marca durante o jogo entre Holanda e Dinamarca. Em razão da intencional alusão à bebida concorrente, as modelos foram expulsas do estádio e duas foram presas, embora as acusações tenham sido retiradas posteriormente. A cervejaria responsável pelo ato acabou pagando US\$ 195 mil em multas e recebeu um banimento da FIFA. Mas a exposição global gerada pelo episódio foi calculada em dezenas de milhões de dólares em mídia espontânea.



Marketing na era da IA: quando o feed satura, o produto precisa se vender

Essa prática é questionável do ponto de vista da comunicação, tendo o CONAR, no artigo 31 do

Código Brasileiro de Autorregulação Publicitária, disposto que condena os proveitos publicitários indevidos e ilegítimos, obtidos por meio de "carona" e/ou "", mediante invasão do espaço editorial ou comercial de veículo de comunicação.



A energia também lidera

Na esfera jurídica a conduta é bastante arriscada, pois pode ser entendida como uma forma de concorrência desleal em que uma marca que não é patrocinadora de um grande evento procura se aproveitar dos investimentos feitos por outras empresas para obter visibilidade. Isso gera claro ganho indevido.



Marketing: se você quer vender para RH, primeiro entenda o que o RH vive

Resta observar que o Código de Defesa do Consumidor proíbe a publicidade enganosa e abusiva. O marketing de, como pode se apresentar de diversas formas e com diferentes níveis de abrangência, tem potencial para interferir na decisão de consumo de clientes, frustrando as legítimas expectativas das empresas que contribuíram fortemente para a realização de grandes eventos.

Continuação: A Copa do Mundo e a polêmica do Marketing de emboscada



O que é o SX, a evolução da experiência do cliente

A publicidade é campo fértil para a criatividade, sendo, ao mesmo tempo, informativa, técnica e expressão do talento humano. Mesmo assim, não está

livre de tropeços e cabe a todos que com ela estão envolvidos ficarem atentos para que não sejam ultrapassados limites éticos e legais.



Da estatística à circunstância: a evolução da segmentação de mercado. E porque isso é importante!

Julgamento no STJ levanta questões sobre direitos autorais

O Mundo do Marketing é o principal portal de conteúdo para os profissionais da área com casos de sucesso, entrevistas, pesquisas, tendências, insights, estudos

A decisão pendente na 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre uma disputa de plágio pode redefinir a segurança jurídica da **propriedade intelectual** no Brasil. O julgamento, que será retomado no dia 9 de junho, envolve questão sobre um projeto audiovisual. O mérito do plágio já foi reconhecido em definitivo pela Justiça e o debate atual concentra-se no marco inicial para a contagem de juros moratórios e correção monetária.

O litígio começou em 2000 e trata da apropriação indevida de personagens em campanhas e licenciamento de produtos e revistas em quadrinhos. Após o trânsito em julgado que confirmou a infração aos **direitos autorais**, o processo entrou na fase de liquidação para apuração dos danos emergentes e dos lucros cessantes. Ou seja: tudo o que a empresa condenada por plágio apurou indevidamente com o projeto copiado.

A possibilidade de desdobramentos surgiu com o voto do relator do Recurso Especial, ministro Moura Ribeiro. O magistrado votou por alterar a contagem tradicional e determinou que os encargos legais passem a incidir apenas a partir do encerramento da fase de liquidação da sentença, ocorrida em 2024, e não a partir da data do evento danoso original. Segundo o especialista em Direito Civil e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gustavo Kloh, a decisão pode impactar uma série de processos em curso: "Se mantido o entendimento sufragado na decisão em exame, será formado

um precedente que pode representar um ponto de inflexão na jurisprudência do STJ, com impacto significativo em inúmeras ações em curso no país que também tratam de responsabilidade extracontratual baseada em valor ilíquido".

Para ele, essa alteração representa um risco sistêmico. Ao deslocar o início da correção e dos juros para o fim da liquidação, o sistema jurídico reduz de forma drástica o peso econômico da condenação. O argumento central é que tal postura mitiga o princípio da reparação integral e beneficia o infrator que utiliza recursos para protelar o processo, esvaziando o valor real da indenização ao longo dos anos.

A possível mudança também diverge da jurisprudência consolidada do próprio STJ. O tribunal tem o entendimento pacificado de que, em casos de responsabilidade extracontratual e exploração não autorizada de obra artística, os juros fluem a partir do evento danoso, conforme determina a Súmula 54 da Corte.

Esse alinhamento tradicional foi ratificado em março de 2026 pela ministra Nancy Andrighi, em uma decisão envolvendo o espólio de compositores brasileiros e uma gravadora. Na ocasião, a relatora reiterou que a liquidação de danos patrimoniais por uso não autorizado de obra deve aplicar a Súmula 54, garantindo a incidência dos juros desde a data da infração. O caso evidencia o desacordo entre decisões recentes da Corte e o voto proposto no Recurso Especial 2.221.168/RJ. O julgamento encontra-se suspenso após pedido de vista e terminou empatado em sua última sessão.

Minerais críticos tornam o Brasil peça-chave no embate entre EUA e China, diz Thiago de Aragão



CEO da Arko Advice afirma que o País deveria aproveitar o momento de reorganização da ordem global para reduzir a dependência em relação à China

Abrir o resumoFoto: Arquivo pessoal Entrevista com Thiago de Aragão CEO da Arko International e mestre pela Johns Hopkins School of Advanced International Studies O relacionamento entre Brasil e Estados Unidos entrou em uma fase na qual a diplomacia de sorrisos entre os presidentes Lula e Donald Trump mascara uma complexa queda de braço geopolítica, diz Thiago de Aragão, CEO da Arko Advice, empresa de inteligência, análise política e relações governamentais. Enquanto as tarifas comerciais e as investigações do Representante Comercial dos EUA (USTR) são usadas como ferramentas de pressão política e subjetiva, o Brasil tenta equilibrar sua soberania com a necessidade de oferecer "entregas" em áreas como o mercado de etanol e a fiscalização ambiental para proteger ativos estratégicos como o Pix.

Segundo Aragão, o principal trunfo nesta nova era são os minerais críticos, que tornam o Brasil peça-chave no embate global entre Washington e Pequim. Para ele, a recente classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas pelos EUA não foi um acaso burocrático, mas uma manobra estratégica de pressão sobre o setor financeiro brasileiro, já que as tarifas tradicionais têm pouco impacto sobre as exportações nacionais. No meio desse caldeirão que Trump colocou na fervera, o cenário desenhado aponta para uma reorganização global, que, paradoxalmente, oferece ao

Brasil a oportunidade de reduzir sua profunda dependência comercial da China. Publicidade De acordo com Aragão, o momento exige que o País deixe de lado a visão de "tudo ou nada" e aprenda a navegar em múltiplas dimensões, transformando as ameaças de isolacionismo americano em uma janela para novos acordos internacionais e uma política de Estado de longo prazo.

Leia a entrevista, a seguir: As investigações pelos EUA sobre 'práticas incoerentes' do Brasil começaram há um ano, e o País vinha negociando de lá para cá. Dá para dizer que os EUA não consideraram os argumentos? Os argumentos que o Brasil apresentou servem até determinado ponto. O problema é que a questão tarifária não é necessariamente técnica: é muito subjetiva, envolve aspectos políticos - e a política é elástica. A argumentação técnica do Brasil satisfaz critérios técnicos, principalmente dentro do USTR. O problema é que o próprio USTR executa a tradução entre o desejo político, que é flexível, e o parâmetro técnico. O Brasil tem de jogar nessas duas esferas. Não adianta seguir com a argumentação técnica, quando a origem disso tudo é subjetiva, é política. As acusações do USTR nos dão dicas dos pontos, principalmente do ponto de vista político, que estão sendo estimulados para que os Estados Unidos tenham essa postura.

A longa reunião entre Lula e Trump não teve significado maior nessa conversa? Teve sim. A relação na política bilateral funciona, hoje, em várias dimensões. O fato de Trump se sentar com o Lula, sorrir com o Lula e realizar comentários de que o Lula é uma pessoa agradável, com quem gosta de conversar, não necessariamente garante uma uniformidade positiva de posicionamento de Trump em relação a tudo. Existem alguns interesses muito específicos em relação ao Brasil. O principal deles, que pela primeira vez em muitos e muitos anos, coincide com o objetivo global e primordial dos Estados Unidos, é a questão dos minerais críticos. Nesse contexto, existe uma dimensão de simpatia particular, existe a dimensão dos minerais críticos, existe a questão do universo ideológico que

aproxima Trump da família Bolsonaro, existe a questão da narrativa geral que Trump prometeu para todos os seus eleitores relacionados ao comércio, que faz com que ele tenha de demonstrar resultados nessa área.

Trump não tem uma posição de gostar ou desgostar. Por isso não se pode se dizer que a relação e a reunião que eles tiveram foi fracasso ou sucesso. É uma prática comum do governo dos Estados Unidos fazer pressão nessa questão de legislação, de Justiça contra as big techs? Nada disso é comum, e tudo é novo. O próprio início da análise dessa investigação da USTR é subjetiva. Ela não partiu do órgão, partiu de Trump. Quando parte do chefe, não havia muita dúvida de que o resultado ia ser negativo para os países. Havia ali uma ordem do chefe para encontrar algo. As seis acusações do USTR variam entre alegações, nas quais existe uma justificativa e outras que são extremamente vagas e amplas. Por exemplo, a questão do comércio digital e meios de pagamentos eletrônicos, isso naturalmente é pressão das big techs. O Brasil tem uma argumentação técnica lógica para defender sua posição: o Pix não é uma empresa que tem acesso privilegiado ao mercado brasileiro, mas um direito, ao qual basta ser cidadão para ter acesso.

Ele não pertence à mesma caixinha de produto elaborado por uma empresa em relação a outra. Esse é o argumento que o Brasil tem e vai trazer. Agora, se esse argumento técnico vai sustentar, isso é outra questão. Publicidade Quais são os pontos mais subjetivos? O de propriedade intelectual aponta falhas na fiscalização contra falsificação. Em tese, o Brasil pode resolver esse ponto se comprometendo a aumentar a fiscalização contra falsificações e, de repente, até agilizar o processo de análise de patentes biofarmacêuticas. Esse é ponto é muito flexível e já oferece ao Brasil uma solução. O combate à corrupção é uma argumentação genérica, que não tem substância técnica. No acesso ao mercado de etanol, os Estados Unidos têm um ponto: o Brasil teria abandonado, em 2017, o tratamento tarifário recíproco. O último ponto, o do desmatamento ilegal, diz que, mesmo com o arcabouço legal, a aplicação da lei no Brasil é falha.

Assim como a questão de propriedade intelectual, é uma falha de fiscalização que o Brasil pode contra-argumentar. O cronograma determina que em 6 de julho será a audiência pública e 15 de julho é a data-limite. O que o Brasil pode oferecer ao

governo Trump? Existem duas linhas de comunicação. Na frente oficial, o Brasil pode buscar argumentação ponto por ponto. Se o Brasil resolve, por exemplo, a questão do acesso ao mercado de etanol e se compromete com uma argumentação robusta na questão de falha na fiscalização contra falsificação e maior celeridade no processo de análise de patentes, assim como com a questão do desmatamento, o País pode gerar ambiente mais favorável em relação aos outros pontos e diluir a questão do Pix. Ou seja, se entrega além da conta em determinados pontos para amenizar os pontos nos quais não se pode fazer grande coisa. Porque há itens que envolvem soberania, certo? Exatamente.

Para não mexer nas coisas soberanas, é preciso caprichar nos pontos em que, de fato, é possível entregar alguma coisa, porque as seis acusações também trazem dicas de como solucioná-las. A linha extra oficial que o Brasil pode acabar oferecendo é em relação a minerais críticos. O Brasil pode iniciar processos de cooperação, estudos, análises, termos de cooperação com os Estados Unidos, que indicam e satisfazem, do lado americano, uma percepção de potencial vínculo mais robusto nessa área, que é o que os Estados Unidos mais desejam no momento. Isso está no radar dos EUA? Exatamente. É um ponto muito importante e foi uma das razões pela qual Trump quis uma conversa com o Lula antes de conversar com o (presidente da China) Xi Jinping. Foi uma mensagem ao Xi Jinping de que Trump tem potencialmente o Brasil a seu lado. Publicidade- Como as tarifas, principal arma do governo Trump para forçar os países a negociar, não funciona com o Brasil, colocou-se outro ponto de pressão, que é a questão do Comando Vermelho e do PCC Thiago de Aragão Foi coincidência o anúncio das tarifas e a declaração de PCC e CV como organizações terroristas terem sido feitos em datas tão próximas?

PUBLICIDADE Em primeiro lugar, o anúncio do PCC e CV não teve nada a ver com a reunião do Flávio (Bolsonaro, pré-candidato à presidência) com Trump. Esse é um processo muito longo, burocrático, com amarras extremamente complexas entre vários órgãos americanos. Segundo, esse tema estava no radar há pelo menos dois anos e sairia a qualquer momento. Há, porém, um ponto muito importante. A China tem 51 milhões de toneladas métricas de minerais críticos, o Brasil tem 21 milhões, e o terceiro lugar tem 6 milhões. O Brasil tem papel importantíssimo nessa balança entre Estados

Unidos e China. Levando em consideração que o Brasil tem esse ativo, e que o mecanismo preferencial de Trump para pressionar os países é a questão das tarifas, o que isso nos revela? Como o Brasil é um dos poucos países que não são dependentes dos Estados Unidos comercialmente, já que apenas 10% das nossas exportações vão para lá e quase 60% desse total estão isentos de tarifa, apenas 4% a 5% das nossas exportações estão tarifadas.

É ruim, mas necessariamente demolidor. Como a principal arma do governo Trump para forçar os países a negociar, em tese, não funciona com o Brasil, colocou-se na mesa outro ponto com o qual há pressão no País, que é a questão do Comando Vermelho e do PCC. Aí o Brasil não tem as cartas na manga, como acontece em relação a minerais críticos. Porque agora o Brasil não só está sofrendo pressão das indústrias afetadas por tarifas, mas de todo o setor financeiro que enxerga nisso risco sistêmico grande. É como se fosse complemento para esse ataque, para essa estratégia de avançar. É mais do que uma política aplicada em vários países da América Latina? Sim, porque dentro do próprio governo americano existiam muitas vozes contrárias. Foram dois anos de análises. Quando essa classificação foi aplicada no México, três bancos mexicanos quebraram, em curto espaço de tempo. Isso acendeu alerta no Departamento do Tesouro, que entendeu não ser necessariamente a melhor saída.

A lista de exceções revela também uma estratégia política de Trump? Mais do que uma estratégia, foi uma imposição da realidade. Ele vê o risco real de perder a Câmara dos Deputados nas eleições de meio de mandato e a inflação hoje é o grande problema. Se ele já tem um problema gravíssimo de pressão inflacionária, com a guerra do Irã, ele conseguiu outro agora, mas fica muito difícil dele abandonar a defesa das tarifas de uma hora para outra. O sal brasileiro que é exportado para os Estados Unidos, por exemplo, é usado não só na indústria química, mas também para dissolver a neve em vários Estados americanos e é algo que os Estados Unidos não produzem. O custo vai aumentar para o americano, sem privilegiar o mercado doméstico. Não faz sentido esse produto ser tarifado. Uma coisa importante para lembrar em relação a Trump é que tudo que ele aplica é desenhado para ser retirado. Publicidade Continua não sendo uma estratégia interessante retaliar os EUA, certo? Não, o Brasil não consegue fazer uma retaliação com um

corte tão preciso para prejudicar empresas americanas ou o governo dos EUA sem prejudicar o consumidor brasileiro.

Uma ação similar do lado brasileiro geraria impacto muito negativo. O Brasil não tem o que fazer? O Brasil é um dos dez países do mundo que têm cooperação de inteligência mais profunda e técnica com os Estados Unidos. O Brasil, em tese, poderia pausar essa cooperação, e isso, sim, geraria impacto muito grande. O que é isso, exatamente? O Brasil tem vários acordos vigentes muito robustos com em relação à cooperação técnica na área de inteligência e intercâmbio de informação. Envolve lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, atividade terrorista. Seria um problema se o Brasil fosse para esse lado de retaliação. Ao mesmo tempo, também seria problema para o lado brasileiro, porque é uma relação de décadas de confiança. Como é que a gente pode resumir esse momento? Esse é um momento interessante, porque a pressão dos Estados Unidos tem ajudado os países a se reorganizar, em termos de relações comerciais e de confiança.

Vários jornais na China chamam Trump de 'o grande pai da nação', porque eles entendem que Trump ajudou muito a China nos últimos anos. A União Europeia se fortaleceu e deixou de lado vários problemas internos para se unificar e achar pontos de equilíbrio por conta de Trump. O México ampliou sua rede de relação com outros países por conta disso, bem como a Índia. A relação entre União Europeia e China nunca foi tão boa por conta de Trump. É o momento em que o comércio internacional e as relações de confiança estão se reorganizando. O Brasil tem um problema grave de dependência em relação à China, e o País se esforça muito pouco para criar alternativas. Qualquer decisão agrícola hoje tomada em Pequim é mais importante do que qualquer decisão tomada em Brasília. As mudanças de Trump no mundo, vistas como uma ameaça, deveriam ser encaradas como uma oportunidade de reorganização. O acordo entre União Europeia e Mercosul dificilmente sairia se a União Europeia não se sentisse abandonada pelos Estados Unidos.

Cabe ao Brasil aproveitar esse momento para se reorganizar e aumentar consideravelmente sua relação com países com os quais ele antes não imaginava. Não quer dizer que devemos abandonar os Estados Unidos, mas dá uma margem de manobra para argumentar com os Estados Unidos também

Continuação: Minerais críticos tornam o Brasil peça-chave no embate entre EUA e China, diz Thiago de Aragão

reduzir a dependência profunda com a China. PublicidadeDeveríamos organizar uma política de Estado pensada no longo prazo? É isso, porque, pela primeira vez em décadas, toda a conexão de comércio internacional e também de geopolítica está sendo reorganizada no mundo. Essa reorganização implica riscos e oportunidades, e depende de como que nós queremos ver. Temos excesso de depen-

dência em relação à China e riscos pequenos em relação aos Estados Unidos, mas temos oportunidades muito grandes também, bem como em relação à Europa e à Índia, mas isso custa tempo e dinheiro.

Em 7 pontos: acusações dos EUA e defesa do Brasil



Relatório final da investigação aborda temas que vão dos serviços de pagamento eletrônico ao desmatamento e combate à corrupção. Texto faz referência ao Pix como 'campeão nacional'. Governo tem até o início de julho para responder

Nas 107 páginas do relatório final da investigação comercial contra o Brasil, o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) traça um raio-x sobre as políticas brasileiras acusadas de promoverem uma concorrência desleal para as empresas americanas.

A investigação foi iniciada em 15 de julho de 2025 por orientação do presidente Donald Trump e ficou aberta por quase 11 meses. Nesse período, foram recebidos mais de 295 comentários de pessoas e empresas interessadas. Houve ainda uma audiência pública em setembro do ano passado, e os representantes brasileiros foram ouvidos em abril deste ano.

O processo abordou possíveis práticas desleais em seis tópicos: comércio digital e serviços de pagamento eletrônico (nas quais se inserem as críticas ao Pix e decisões que atingem big techs); tarifas preferenciais consideradas injustas pelos EUA; aplicação de leis anticorrupção; proteção de **propriedade intelectual**; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

No documento, o Pix é citado 20 vezes. O meio de pagamento é apontado como um 'campeão nacional' brasileiro que é favorecido pelo Banco Central, seu operador e regulador do sistema financeiro, prejudicando empresas de pagamento americanas.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem até o início de julho para responder aos argumentos americanos e tentar escapar das novas tarifas de 25% sobre parte das exportações brasileiras aos EUA.

OS TEMAS DA DISCÓRDIA

PIX

Qual é a acusação dos EUA?

O governo de Donald Trump afirma que as políticas brasileiras favorecem o 'campeão nacional' Pix em detrimento das empresas americanas na competição nos serviços de pagamento eletrônicos. Segundo a conclusão da investigação comercial, o papel duplo do Banco Central (BC) como regulador e operador do Pix cria um 'conflito de interesses'. O documento aponta que o BC agiu como regulador para desfavorecer os provedores de serviços de pagamento americanos e privilegiar o Pix. Para o órgão, as ações relacionadas ao Pix representam um ônus ou restrição ao comércio dos EUA porque impõe custos às empresas do setor de pagamentos do país e as forçam a promover o concorrente brasileiro, sem compensação.

O que diz o Brasil?

O governo brasileiro afirma que o Pix é gratuito, público, além de ser um sistema de grande aceitação pela população. Além disso, diz que suas regras se aplicam de forma uniforme e neutra e que as empresas americanas participam ativamente do ecossistema. Outro argumento apresentado pelo governo brasileiro é que o Brasil é o segundo maior mercado mundial das duas principais redes de cartão de crédito dos Estados Unidos.

Decisões sobre redes sociais

Qual é a acusação dos EUA?

O USTR afirma que as cortes brasileiras emitiram ordens "secretas" para empresas de mídias sociais americanas, como X, Meta e Google, para remover certos conteúdos políticos e suspender perfis de residentes nos EUA. O governo americano ainda afirma que as decisões provocaram perdas para empresas, como o pagamento de multas, restrição a contas bancárias ou a suspensão de atuação no

Brasil, como no caso do X em 2024. "Essas ordens também oneram ou restringem o comércio dos EUA, expondo as empresas de mídia social dos EUA à responsabilidade financeira por não removerem ou suspenderem tais materiais."

O que diz o Brasil?

O governo Lula afirma que a lei brasileira confere tratamento equitativo a empresas nacionais e estrangeiras e que o país é um grande mercado para as big techs americanas. "Não há, no Brasil, qualquer restrição contra as grandes empresas de tecnologia dos Estados Unidos."

ACORDOS COMERCIAIS

Qual é a acusação dos EUA?

O governo Trump critica os acordos comerciais firmados com o México e a Índia que estabelecem tarifas preferenciais de importação. Segundo o USTR, esse tratamento diferenciado atinge diversos setores, como a agropecuária, partes automotivas, minerais, químicos e máquinas e resulta em tarifas de 10% a 100% menores do que as aplicadas aos EUA. A conclusão da investigação ainda aponta que houve redução das compras dos brasileiros nos EUA nos setores afetados após a assinatura dos acordos.

O que diz o Brasil?

O Brasil afirma que os acordos comerciais foram celebrados no âmbito do Mercosul e que não restringem o acesso de produtos americanos ao mercado brasileiro. Outro argumento apresentado é que os insumos e componentes dos Estados Unidos incorporados a produtos brasileiros beneficiam-se de acordos do Mercosul com outros países.

Combate à corrupção

Qual é a acusação dos EUA?

A conclusão da investigação comercial afirma que o Brasil falhou e continua falhando no combate ao suborno e à corrupção. O USTR cita um relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvi-

to Econômico (OCDE) de 2023 que citou preocupação com a anulação pelo ministro do STF Dias Toffoli de todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht no âmbito da Operação Lava-Jato, o que ocasionou a suspensão de penas. Segundo o USTR, esse fator afeta ou restringe o comércio dos EUA porque permite que empresas corruptas operem no Brasil com impunidade, enquanto as empresas americanas estão sujeitas a regras duras.

O que diz o Brasil?

O governo brasileiro diz que é parte dos principais instrumentos internacionais de combate à corrupção e que dispõe de arcabouço legal consistente para sua aplicação, o que é constantemente avaliado por mecanismos multilaterais. Além disso, o Palácio do Planalto cita a proposta apresentada ao Departamento de Estado dos EUA para o enfrentamento ao crime organizado e para o combate à corrupção.

Propriedade intelectual

Qual é a acusação dos EUA?

O USTR afirma que o Brasil está desde 2007 em uma lista que aponta os países que não têm regras adequadas para a proteção da **propriedade intelectual**. O órgão cita as falhas do país na aplicação de leis e regulamentos para combater a importação e o tráfico de produtos falsificados e a **pirataria**. Menciona ainda a demora das autoridades para examinar aplicações de **patentes**, especialmente farmacêuticas.

O que diz o Brasil?

O governo Lula afirma que os EUA são o principal beneficiário do sistema brasileiro de **propriedade intelectual**. De acordo com o Palácio do Planalto, o país responde por cerca de 30% dos pedidos de **patente** e lidera os contratos de licenciamento e cessão de ativos. Os números mostram que os pagamentos de royalties ao mercado americano somaram US\$ 1,38 bilhão em 2024, o montante corresponde ao dobro do registrado em 2020, segundo o governo brasileiro.

Etanol

Qual é a acusação dos EUA?

O governo Trump sustenta que o Brasil abandonou a cooperação bilateral sobre o produto em 2017, que suspendia uma tarifa de 20% sobre a importação do biocombustível dos EUA. Hoje, as compras que superam a cota estabelecida estão sujeitas a um

imposto de 18%. Enquanto isso, segundo o USTR, os exportadores brasileiros de etanol continuam se beneficiando de um acesso "relativamente aberto" ao mercado americano.

O que diz o Brasil?

Segundo o Planalto, os Estados Unidos aplicam tarifa de 12,5% sobre o etanol brasileiro, o que as autoridades consideram uma diferença "relativamente pequena" para os 18% aplicados pelo Brasil. Já o açúcar brasileiro, produzido com a mesma matéria-prima do etanol local, a cana-de-açúcar, tem uma cota de 150 mil toneladas para entrada nos EUA. Acima desse volume, a tarifa é equivalente a 80%. Além disso, o governo brasileiro afirma que o Programa Nacional de Biocombustíveis é aberto a produtores estrangeiros.

Desmatamento

Qual é a acusação dos EUA?

Os EUA afirmam que o Brasil falha em aplicar o arcabouço legal para combater o desmatamento ilegal, que persiste. Segundo o USTR, o desmatamento tem ligação próxima com a indústria madeireira e com a produção de alguns produtos agrícolas. Para o governo Trump, isso prejudica o comércio americano por forçar produtores do país a com-

petir com produtos com baixos custos "artificiais?". O documento cita dados defasados e não faz menção à queda no desmatamento da Amazônia.

O que diz o Brasil?

O governo brasileiro afirma que o desmatamento na Amazônia Legal já foi reduzido em cerca de 50% na comparação com 2022. O Planalto ainda cita dados do MapBiomas que indicam que, em 2025, o desmatamento no Brasil, em seus seis biomas, atingiu seu menor nível em sete anos.

Entenda em pontos a Seção 301, que mira Pix, 25 de Março e desmatamento



Governo Trump conclui investigação contra o Brasil e propõe novo tarifaço de 25%; relatório definitivo precisa ser publicado até 15 de julho

Matheus dos Santos e Gabriela Cecchin

SÃO PAULO O governo Trump concluiu a investigação da Seção 301 contra o Brasil e propôs novo tarifaço de 25% sobre bens importados do país. O próximo passo é uma consulta pública para que o setor privado comente os resultados antes da publicação do relatório final, até 15 de julho, segundo cronograma do USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA).

Os pontos criticados pelo governo Trump incluem Pix, decisões do STF sobre big techs e Lava Jato, etanol e até a rua 25 de Março, centro de comércio popular da capital paulista.

As conclusões constam em um documento divulgado na madrugada desta terça (2) pelo USTR (Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos), que propôs a nova tarifa para lidar com práticas comerciais consideradas desleais pela gestão Trump. Diversos setores foram excluídos da sobretaxa sugerida. Veja principais pontos e temas que estão na mira de Trump.

O que é a Seção 301?

A Seção 301 faz parte da Lei de Comércio dos EUA de 1974 e autoriza o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos a investigar práticas consideradas prejudiciais ao comércio norte-americano.

Ela permite ao governo dos EUA adotar medidas de retaliação, tarifárias ou não, contra países acusados de manter práticas consideradas injustificadas ou discriminatórias. China e União Europeia já foram alvo do instrumento.

A investigação foi aberta contra o Brasil em julho de 2025 para apurar práticas do país em áreas como comércio eletrônico, tecnologia, tarifas de importação e desmatamento. Além desse procedimento, o Brasil passou a ser alvo de outra ação do USTR, iniciada neste ano, para avaliar se produtos fabricados com trabalho forçado estão entrando no mercado americano.

A investigação de 2025 argumenta que o Brasil pode estar prejudicando a competitividade de empresas americanas ao retaliar plataformas de redes sociais por não removerem determinados conteúdos políticos e ao restringir a capacidade dessas companhias de oferecer serviços.

O documento cita ainda "tarifas preferenciais e injustas", deficiências em práticas anticorrupção, problemas relacionados à **propriedade intelectual**, barreiras ao acesso ao mercado de etanol, desmatamento ilegal e suposta discriminação contra americanos no comércio.

Diferentemente do tarifaço, a Seção 301 tem respaldo jurídico mais consolidado nos EUA, e punições adotadas com base nela teriam menos chances de serem revertidas judicialmente.

Hoje, o principal alvo de medidas adotadas com base na Seção 301 é a China. Em 2018, no primeiro mandato, Trump impôs tarifas punitivas ao país asiático por práticas consideradas desleais em **transfêrência de tecnologia, propriedade intelectual** e inovação.

As tarifas atingiram cerca de US\$ 370 bilhões em produtos chineses. Sete anos depois, elas continuam em vigor e foram ampliadas para outros segmentos, incluindo o setor naval.

Quais políticas e práticas do Brasil são alvo dos EUA?

PIX

O governo Trump alega que o Banco Central favorece esse sistema de pagamentos em detrimento de empresas americanas do setor financeiro. Os EUA chamam o Pix de "campeão nacional" de sistemas de pagamento, e dizem que o "duplo papel" do BC como regulador e proprietário/operador do Pix cria conflito de interesses.

TARIFAS PREFERENCIAIS INJUSTAS DO BRASIL

Diz que o Brasil reduziu tarifas de forma preferencial para parceiros comerciais de grande porte, como Índia e México, em setores específicos, mas mantém tarifas mais altas sobre importações dos EUA, o que desfavoreceria exportações norte-americanas.

LUTA ANTICORRUPÇÃO

Defende que os esforços anticorrupção do Brasil enfraqueceram, com promotores celebrando acordos de leniência pouco transparentes e indícios de conflitos de interesse em decisões judiciais, o que poderia prejudicar empresas americanas com atividades de comércio e investimento no país

PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Aponta falha em combater eficazmente a importação, distribuição, venda e uso generalizados de produtos falsificados, consoles de jogos modificados e dispositivos de streaming ilícitos. E dá como exemplo a Rua 25 de Março, centro de comércio popular em São Paulo. Diz que o Brasil intensificou fiscalização na 25 para combater crimes de pirataria e falsificação, mas que ainda há espaço para penalidades mais rigorosas para a falsificação.

Segundo o USTR, foram poupados produtos considerados estratégicos para a economia dos EUA ou que poderiam provocar aumento de preços e problemas de abastecimento caso fossem taxados.

Entre os itens que ficaram fora da tarifa estão:



Bonecos de pelúcia à venda na Rua 29 de Março, em 5F Nelson Almeida. 16.jul.25/AFP

Café

Carne bovina

Suco de laranja

Frutas tropicais, como manga, banana, abacaxi e mamão

Medicamentos e vacinas

Petróleo, gás natural e diversos minérios

* Componentes e equipamentos da indústria aeronáutica

As maiores preocupações, porém, estão concentradas nos produtos industrializados que não aparecem na lista de exceções.

Segundo estimativas de economistas e entidades empresariais, os segmentos potencialmente mais afetados incluem máquinas e equipamentos, produtos elétricos, madeira e manufaturados de madeira, móveis, parte da indústria de transformação, além de têxteis, confecções e calçados.

Para esses setores, a tarifa pode representar perda de competitividade em relação a concorrentes de outros países e dificultar a ampliação das exportações para o mercado americano.

ACESSO A MERCADO DE ETANOL Diz que o Brasil abandonou o tratamento recíproco e livre de impostos para o etanol, que promovia o comércio bilateral, e impôs tarifas de importação injustas sobre o etanol dos EUA

DESMATAMENTO ILEGAL

Cita suposta falta de fiscalização efetiva ambiental brasileiras, o que contribuiria para desmatamento ilegal. Segundo o documento, áreas desmatadas ilegalmente são usadas em atividades agropecuárias, o que conferiria vantagem competitiva injusta às exportações agrícolas brasileiras

Por que este tarifaço é visto como mais grave do que o anterior? À primeira vista, pode parecer menos severa do que as tarifas anunciadas por Trump no ano passado. A alíquota sugerida é menor e a lista de produtos isentos é mais ampla e preserva setores importantes das exportações brasileiras, como café e carne.

Mas, diferentemente dos anúncios anteriores, nos quais Trump unilateralmente se valeu da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, a nova sobretaxa resulta da investigação baseada na Seção 301, um dos instrumentos mais tradicionais da política comercial americana.

Por ter respaldo jurídico mais sólido dentro da legislação americana, eventuais punições decorrentes da investigação tendem a enfrentar menos questionamentos judiciais e podem permanecer em vigor por mais tempo.

O Brasil ainda está sujeito à tarifa global de 10% imposta por Trump em fevereiro deste ano. A sobretaxa foi aplicada após a Suprema Corte do país derrubar as cobranças anteriores.

Qual pode ser o impacto para a economia brasileira? O governo brasileiro calcula que a nova tarifa poderá atingir cerca de 21% de tudo o que o país exporta para os Estados Unidos.

Embora parte importante das exportações tenha sido poupada, setores industriais demonstraram preocupação com a medida. Entidades empresariais dizem que a simples possibilidade da sobretaxa já cria insegurança para exportadores e importadores. A medida dificulta a assinatura de contratos e a definição de preços para os próximos meses.

CNI (Confederação Nacional da Indústria) avalia que a medida pode reduzir a competitividade dos produtos brasileiros nos EUA e afetar cadeias produtivas dos dois países. Associações de segmentos como máquinas, calçados, móveis, madeira, têxteis e confecções também alertam para possíveis perdas de mercado.

No setor têxtil, por exemplo, empresas temem perder espaço para concorrentes asiáticos que não enfrentam a mesma sobretaxa. Já a indústria de máquinas argumenta que a medida penaliza justamente

um setor em que os Estados Unidos mantêm superávit comercial sobre o Brasil.

Dá para evitar a tarifa?

Sim. Apesar da conclusão negativa da investigação, o processo ainda não terminou.

O próprio USTR reconhece que a proposta divulgada nesta semana é preliminar e abriu uma etapa de consulta pública para receber manifestações de empresas, entidades de classe e demais interessados. A expectativa é que diversos setores brasileiros e americanos participem do processo para tentar alterar ou barrar a medida.

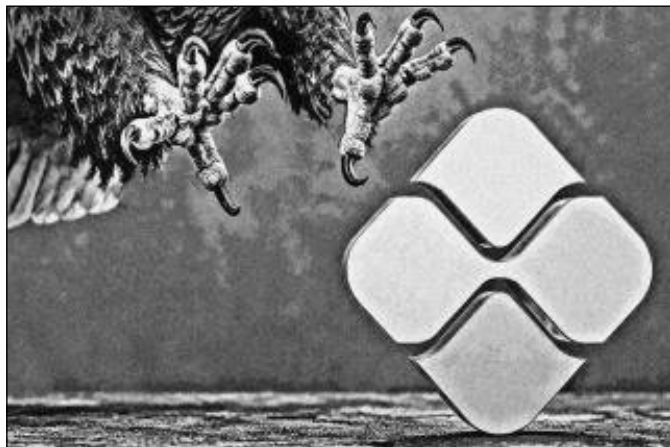
Além disso, o relatório destaca que as negociações entre os governos brasileiro e americano continuam em andamento. Segundo o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, as conversas se intensificaram nas últimas semanas após contatos diretos entre integrantes dos dois governos.

A Amcham Brasil (Câmara Americana de Comércio no Brasil) afirmou que o documento deixa aberta uma janela para entendimento e que ainda existe espaço para evitar a adoção das novas tarifas.

O prazo legal para a conclusão da investigação termina em 15 de julho. Até lá, Brasília tentará convencer Washington de que as sanções não são necessárias ou devem ser reduzidas.

O que ficou de fora e dentro da sobretaxa?

A ironia do livre mercado



A defesa do Pix é, fundamentalmente, a defesa da soberania tecnológica do país. O Brasil deve tratar o episódio sem ufanismos ou discursos inflamados

Aproposta de aplicação de uma tarifa de 25% sobre exportações brasileiras pelo governo de Donald Trump escancara a hipocrisia de um modelo que pune a eficiência quando a inovação não vem dos Estados Unidos. A medida ainda não é definitiva e depende de consultas públicas e de audiência marcada para julho, mas o sinal é grave o suficiente para ser tratado como um conflito diplomático e econômico. Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

O relatório foi apresentado pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), órgão do governo norte-americano responsável por negociações de comércio exterior, após uma investigação que vinha desde 2025, e elenca uma série de pretextos para as taxações. Dos itens da lista, alguns têm peso real. As observações sobre o etanol brasileiro e as questões envolvendo **pirataria** e **propriedade intelectual** tocam em disputas comerciais legítimas, que merecem negociação séria. Mas o centro de gravidade do relatório, e onde a queixa norte-americana deixa de ser comercial para se tornar política, é o Pix. Fique por dentro das notícias que importam para você! SIGA O CORREIO BRAZILIENSE NO SIGA O CB NO

Um dos alicerces do capitalismo, afinal, é a livre concorrência: a premissa de que a disputa obriga os atores econômicos a se modernizarem, sob o risco de obsolescência. O Pix, concebido com rigor técnico pelo Banco Central (BC), não representa ameaça à segurança nacional norte-americana. Mas significa uma ruptura diante do comodismo de corporações que há décadas cobram taxas exorbitantes por transferências lentas e defasadas. Ao erguer barreiras alfandegárias para punir o sucesso de um sistema alheio, a Casa Branca ameaça cadeias produtivas inteiras, com potencial imediato para gerar inflação, encarecendo bens e serviços do agronegócio à indústria de transformação.

Erros no IR revelam fragilidades na educação financeira e tributária dos brasileiros. Vale o contraponto: os Estados Unidos têm o Zelle, sistema de transferências instantâneas amplamente usado no país. A diferença, porém, é estrutural. O Zelle é operado por um consórcio de bancos privados - ou seja, uma aplicação construída sobre a infraestrutura existente, com acesso restrito a quem tem conta nas instituições participantes. O Pix é infraestrutura pública, operada pelo BC, aberta a qualquer instituição financeira e acessível a qualquer cidadão com CPF. Criticar o Pix por ser tocado pelo governo é, portanto, criticar exatamente o que o torna superior. O uso de sanções e tarifas punitivas por parte dos EUA para conter o avanço técnico de economias emergentes é um padrão conhecido. Em vez de investir no desenvolvimento de um sistema que rivalize com a infraestrutura digital brasileira, Washington opta pelo atalho burocrático. É uma escolha que fere a previsibilidade comercial e compromete a segurança jurídica que deveria pautar as relações hemisféricas. O Brasil, por sua vez, deve tratar o episódio sem ufanismos ou discursos inflamados. A defesa do Pix é, fundamentalmente, a defesa da soberania tecnológica do país. A resposta de Brasília precisa ser serena, sem deixar de ser dura, e estritamente pragmática, acionando as instâncias multilaterais competentes e usando o período de consultas públicas, que vai até julho, como janela de negociação. Aceitar qualquer

acordo que limite o alcance ou a internacionalização de nossas ferramentas financeiras seria um erro estratégico com custos pesados para uma economia

onde pequenos negócios dependem dessa agilidade para sobreviver.

Seção 301 já foi usada para pressão, e há espaço para Brasil negociar com EUA, dizem especialistas



Especialistas apontam contradições no relatório e veem tentativa de pressão política

Decisão final sobre tarifas está prevista para 15 de julho e depende de Trump

A conclusão da investigação comercial aberta pelos Estados Unidos contra o Brasil elevou a pressão sobre o governo Lula e reacendeu o debate sobre o futuro das relações entre os dois países. Mas, para especialistas ouvidos pela Folha, há espaço para negociar.

Em relatório divulgado nesta terça-feira, o governo americano recomendou a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros após uma análise sob a seção 301. O processo dá espaço para comentários do setor privado e do governo brasileiro, além de uma audiência marcada para o dia 6 de julho.

O fim do processo está previsto para o dia 15 de julho e, só então, a proposta que agora será analisada pelo presidente Donald Trump, responsável pela decisão final.

Apesar do endurecimento da posição americana, especialistas ouvidos pela Folha afirmam que é possível negociar antes de uma eventual decisão da Casa Branca.

Para Abrão Neto, presidente da Amcham Brasil, a principal diferença em relação ao episódio do ano passado é que, desta vez, existe um canal de diálogo aberto entre Brasília e Washington. Segundo ele, as conversas entre os dois governos se

intensificaram nas últimas semanas e ainda há margem para a construção de um entendimento que evite a implementação das tarifas.

No ano passado, afirma, o anúncio de sobretaxas de 50% sobre produtos do Brasil ocorreu em um contexto de ausência quase total de interlocução entre os dois governos. O diálogo só começou a ser retomado meses depois, a partir de encontros bilaterais realizados à margem da Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas).

Agora, segundo o executivo, as negociações já estão em curso e foram reconhecidas pelo próprio governo americano na divulgação do relatório.

Abrão avalia que a possibilidade de um acordo dependerá sobretudo de disposição política dos dois lados. Na visão dele, o processo não se resume a uma negociação tarifária tradicional, mas à construção de uma agenda mais ampla de convergências.

Entre os temas que poderiam ser colocados na mesa estão reduções tarifárias em alguns produtos industriais, medidas ligadas à **propriedade intelectual**, combate à **pirataria**, comércio digital e cooperação na área de minerais críticos.

A interpretação de que a investigação funciona como instrumento de pressão também é compartilhada por Bruna Santos, diretora do Brazil Institute. Segundo ela, procedimentos conduzidos sob a seção 301 historicamente servem menos como um fim em si e mais como mecanismos para ampliar o poder de barganha dos Estados Unidos em negociações comerciais.

"O principal ponto é que esse é um mecanismo frequentemente utilizado para criar alavancagem. Você sinaliza um custo potencial e tenta obter algum tipo de concessão do outro lado", afirma.

Na avaliação da especialista, a inclusão do Pix entre os temas abordados na investigação deve ser lida sob essa lógica. Como os Estados Unidos não têm instrumentos para interferir diretamente no funcionamento do sistema de pagamentos brasileiro, a ameaça de tarifas serviria para ampliar a pauta de

Continuação: ■ Seção 301 já foi usada para pressão, e há espaço para Brasil negociar com EUA, dizem especialistas■

negociação em temas regulatórios.

"A questão do Pix entra muito mais como uma forma de ampliar a mesa de negociação com o Brasil e ganhar espaço para discutir mudanças regulatórias. Há precedentes de acordos desse tipo", diz.

Para Ryan Cummings, economista-chefe do gabinete do Instituto para Pesquisa de Política Econômica de Stanford, o relatório americano também revela uma série de contradições. Ele argumenta que parte das críticas feitas por Washington reproduz práticas adotadas pelo próprio governo dos Estados Unidos, citando como exemplos as acusações relacionadas ao Pix, à corrupção e até mesmo às questões ambientais.

Na avaliação do economista, o documento parece menos uma análise técnica e mais uma tentativa de ampliar o poder de barganha americano nas negociações com o Brasil.

Cummings afirma que a inclusão do Pix é especialmente reveladora porque o sistema brasileiro se

tornou uma alternativa pública eficiente e de baixo custo.

Apesar do tom duro adotado pelo governo americano, o economista avalia que a implementação efetiva das tarifas ainda enfrenta obstáculos políticos e jurídicos. Ele lembra que empresas americanas afetadas pelo aumento dos custos de importação podem contestar as medidas na Justiça e afirma que o relatório carece de evidências robustas para sustentar algumas de suas acusações.

Além disso, observa que Washington ainda não deixou claro quais concessões espera obter do Brasil, o que dificulta o avanço das negociações e aumenta a incerteza sobre os próximos passos da disputa comercial.

Leia nota do governo brasileiro que rebate proposta dos EUA de novo tarifaço contra o Brasil

CAMAROTTI: Flávio se antecipa para evitar novo desgaste com tarifaço

O governo brasileiro emitiu uma nota nesta terça-feira (2) em que rebate a proposta dos Estados Unidos de um novo tarifaço contra o Brasil.

"O Governo brasileiro manifesta indignação com a conclusão preliminar anunciada ontem (1/6) pelo USTR relativa à investigação da Seção 301 contra alegadas práticas comerciais desleais do Brasil.

Essa investigação teve início em 15 de julho de 2025 por provocação da família Bolsonaro e está associada à tentativa de ingerência em temas internos do nosso país, como feito na recente viagem do senador Flávio Bolsonaro a Washington. Essas investidas têm contado com o auxílio de falsos patriotas que usam cargos e funções públicas para conspirar contra os interesses nacionais.

É lastimável que todo o trabalho de diálogo e articulação que o Governo brasileiro tem feito, inclusive com envolvimento pessoal dos Presidentes Lula e Trump, seja sabotado por interesses meramente eleitorais e familiares.

Não havia e não há justificativa para essas medidas unilaterais contra o nosso país ou contra patrimônios brasileiros como o PIX, mencionado explicitamente nas recomendações preliminares. Segundo estatísticas do "Bureau of Economic Analysis", os EUA acumularam US\$ 424,5 bilhões em superávit de bens e serviços com o Brasil nos últimos 15 anos (2011-2025). Só no ano passado, o superávit comercial de bens dos EUA com o Brasil totalizou US\$ 14,46 bilhões. Considerando bens e serviços a cifra sobe a US\$ 40,52 bilhões.

Em 2025, 76% das importações originárias dos Estados Unidos entraram no Brasil sem pagar imposto de importação. Oito dos dez principais produtos importados dos Estados Unidos pelo Brasil tiveram tarifa efetiva zero, incluindo petróleo e derivados, aeronaves, gás natural e carvão. A alíquota média efetivamente cobrada dos produtos norte-americanos no Brasil foi de apenas 3,1%.

O principal efeito das tarifas unilaterais, politicamente motivadas, aplicadas ao nosso país tem sido impor danos à economia nacional e à geração de emprego e renda, além de diminuir o papel dos EUA como nosso parceiro comercial. No primeiro trimestre de 2026, a participação dos EUA nas exportações brasileiras atingiu o menor valor da série histórica ao somar 9,4%.

Conforme acordado pelos Presidentes Lula e Trump por ocasião da reunião em Washington no dia 7 de maio, estão em curso negociações tarifárias entre os dois países em busca de soluções que resultem no encerramento da investigação da Seção 301, previsto para 15 de julho, sem imposição de medidas contra o Brasil. O Governo brasileiro também dará continuidade ao diálogo com o setor privado com esse objetivo.

O Brasil se reserva o direito de recorrer aos instrumentos previstos na Lei de Reciprocidade, aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional, para fazer face a situações de injustiça contra o Estado brasileiro, sem amparo nas regras do comércio internacional.

O Governo reafirma a expectativa de que as recomendações não se convertam em tarifas efetivas, mas reitera que adotará toda e qualquer medida capaz de reduzir os danos que venham a ser causados à economia, aos empregos e à renda dos brasileiros.

É preciso estar atento aos traidores da pátria e trabalhar em defesa da nossa soberania e dos interesses do povo brasileiro.

ANEXO

Resumo dos argumentos apresentados pelo Brasil sobre os itens investigados no contexto da Seção 301:

Nas sucessivas reuniões realizadas com os técnicos do USTR, as autoridades brasileiras forneceram farta documentação que comprova que a política comercial brasileira não discrimina, não prejudica o comércio dos EUA e nem viola normas internacio-

nais vigentes.

1. Comércio Digital e Serviços de Pagamento Eletrônico: A lei brasileira confere tratamento equitativo a empresas nacionais e estrangeiras. Não há, no Brasil, qualquer restrição contra as grandes empresas de tecnologia dos Estados Unidos. O país é um grande mercado para as "big techs" americanas. O

PIX é infraestrutura pública e gratuita de pagamentos instantâneos, operada pelo Banco Central do Brasil e de grande aceitação pela população. Suas regras aplicam-se de forma uniforme e neutra, e empresas norte-americanas participam ativamente desse ecossistema. O Brasil é o segundo maior mercado mundial das duas principais redes de cartão de crédito dos EUA.

2. Tarifas preferenciais: Os acordos comerciais celebrados pelo MERCOSUL com terceiros países (México e Índia) não restringem o acesso de produtos norte-americanos ao mercado brasileiro. Insumos e componentes de origem norte-americana incorporados a produtos brasileiros beneficiam-se de Acordos do MERCOSUL com outros mercados.

3. Aplicação de leis anticorrupção: O Brasil é parte dos principais instrumentos internacionais de combate à corrupção e dispõe de arcabouço legal e institucional consistente para sua aplicação, regularmente avaliado pelos mecanismos multilaterais pertinentes. Desde 2017, foram celebrados mais de trinta acordos de leniência. Em abril de 2026, por iniciativa do Governo brasileiro, foi apresentada proposta para enfrentamento ao crime organizado e de combate à corrupção ao Departamento de Estado.

4. Proteção de direitos de **propriedade intelectual**: Os Estados Unidos são o principal beneficiário do sistema brasileiro de **propriedade intelectual**. Res-

pondem por cerca de 30% dos pedidos de **patente** e lideram os contratos de licenciamento e cessão de ativos. Os pagamentos de royalties ao mercado norte-americano somaram US\$ 1,38 bilhão em 2024, o dobro do registrado em 2020.

5. Etanol: O Programa Nacional de Biocombustíveis é aberto a produtores estrangeiros em condições não-discriminatórias, e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis tem desenvolvido diretrizes técnicas específicas para a participação de produtores norte-americanos no Programa. Os EUA aplicam tarifa de 12,5% sobre o etanol brasileiro, uma diferença relativamente pequena para os 18% aplicados pelo Brasil. Por outro lado, o açúcar brasileiro conta com cota ínfima de cerca de 150 mil toneladas e, acima da cota, está sujeito a tarifa de US\$ 340 por tonelada, equivalente a uma alíquota de 80%.

6. Desmatamento: Desde 2023, o Governo estabeleceu e está cumprindo a meta de zerar o desmatamento até 2030. O desmatamento na Amazônia Legal já foi reduzido em cerca de cinquenta por cento na comparação com 2022. A área queimada no País como um todo recuou cerca de quarenta por cento em 2025 frente à média do período 2017-2024. Além disso, dados divulgados semana passada pelo MapBiomas indicam que, em 2025, o desmatamento no Brasil, em seus seis biomas, atingiu seu menor nível em 7 anos.

Governo do Brasil"

Tarifa dos EUA contra o Brasil pouparia café, carnes e aeronaves em lista com 73 páginas de exceções; veja produtos isentos



Investigação comercial concluída pelo governo Donald Trump prevê taxa de 25% sobre mercadorias brasileiras, mas preserva produtos estratégicos e abre consulta pública antes de decisão final

Apesar de propor tarifa de 25% sobre mercadorias brasileiras, o governo dos Estados Unidos apresentou uma extensa lista de exceções que preserva parte relevante das exportações do Brasil. O Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) concluiu a investigação comercial contra o país e incluiu 73 páginas de produtos que permaneceriam fora da cobrança.

Mais cedo: Ministro da Fazenda diz que governo tem preocupação com eventuais novas tarifas dos EUA Quem é o indicado? Trump escolhe deputado da Flórida para posto de embaixador no Brasil

Entre os itens isentos estão materiais informativos, doações, determinadas carnes, frutas, café, chá, cereais, sementes, minerais, terras raras, aeronaves brasileiras e peças aeronáuticas, além de produtos químicos orgânicos, farmacêuticos e fertilizantes. Veja lista completa.

A proposta foi apresentada após a conclusão da investigação conduzida com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, instrumento utilizado pelos Estados Unidos para apurar práticas comerciais consideradas prejudiciais e autorizar medidas corretivas.

Segundo o USTR, determinados atos, políticas e práticas do governo brasileiro são "irrazoáveis" e "oneram ou restringem" o comércio americano.

Com o encerramento da investigação, o órgão formalizou a proposta tarifária e abriu nova etapa de consulta pública antes de eventual adoção das sanções.

Investigação determinada por Trump

A investigação foi iniciada em 15 de julho de 2025 por determinação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O prazo legal para definição e possível implementação das medidas termina em 15 de julho de 2026.

A conclusão do processo ocorreu enquanto Brasil e Estados Unidos ainda negociavam alternativas para evitar novas barreiras comerciais. O grupo de trabalho bilateral criado para discutir o tema previa encerrar as conversas até 5 de junho, mas, segundo integrantes das negociações citados pelo blog do jornalista Valdo Cruz, não houve avanços suficientes para concluir o processo.

O grupo foi criado após encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, em 7 de maio, na Casa Branca. Antes da divulgação do parecer final, o USTR havia destacado nas redes sociais o "engajamento construtivo" do governo brasileiro e manifestado expectativa de continuidade das negociações.

O embaixador e Representante Comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, afirmou que o diálogo avançou, mas sem eliminar divergências.

"Ao longo do último ano, o Presidente Trump e eu tivemos várias reuniões construtivas com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o seu gabinete, que se intensificaram nas últimas semanas. Contudo, continuamos a ter divergências substanciais na resolução das questões identificadas nesta investigação", disse.

Pix, etanol e corrupção aparecem entre críticas do USTR

O relatório final distribui críticas em seis áreas principais: comércio digital, serviços de pagamento, acordos tarifários, desmatamento, etanol, **propriedade intelectual** e combate à corrupção.

Continuação: Tarifa dos EUA contra o Brasil pouparia café, carnes e aeronaves em lista com 73 páginas de exceções; veja produtos isentos

Na área digital, o USTR afirma que tribunais brasileiros emitiram ordens secretas que obrigaram empresas americanas de mídia social a remover conteúdos políticos, suspender perfis de residentes nos Estados Unidos e aplicar determinações com alcance global. Segundo o documento, teria havido ainda proibição de divulgação dessas ordens, multas severas, restrições financeiras e fechamento de ao menos um site.

O Pix aparece entre os principais pontos questionados. Segundo o órgão, o Banco Central favorece o sistema ao atuar simultaneamente como regulador e proprietário da plataforma, impor seu uso e limitar taxas cobradas por concorrentes americanos.

Os Estados Unidos também contestam acordos comerciais firmados pelo Brasil com México e Índia, alegando que o país concede tarifas mais baixas a centenas de produtos desses mercados.

Na área ambiental, o relatório afirma que o Brasil possui legislação contra o desmatamento ilegal, mas teria falhado historicamente em sua aplicação. O mercado de etanol também é alvo de críticas.

Segundo o USTR, o Brasil interrompeu em 2017 um tratamento tarifário considerado equilibrado e desde então não oferece reciprocidade às exportações americanas do combustível.

Em **propriedade intelectual**, o documento aponta lentidão na análise de **patentes**, aplicação insuficiente de leis contra **falsificação** e ausência de medidas contínuas contra **pirataria**. O USTR critica ainda o **INPI** e afirma que **patentes** biofarmacêuticas podem levar até 109 meses para análise.

No eixo relacionado à corrupção, o órgão conclui que o Brasil não adota medidas suficientes contra corrupção e suborno. O relatório menciona a anulação de processos da Operação Lava Jato pelo STF em 2023, renegociações consideradas "sem transparência" de acordos de leniência e a queda do país no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional.

De bananada a arma de fogo: Michelle é autora de mais de 70 pedidos de registro de marcas com o nome Bolsonaro



Em março, PL Mulher afirmou que pedidos foram feitos para impedir que nomes sejam usados 'para venda de produtos que não condizem com os valores e princípios defendidos' pelo casal

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro é autora de 75 pedidos de registro de marca que levam ou fazem referência ao sobrenome do marido, o expresidente Jair Bolsonaro, segundo mostra a base de dados do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)**. Na lista, estão variações e versões abreviadas do nome da família.

Flávio refaz estratégia sobre tarifaço e usa carta a Rubio para tentar conter efeito político que beneficiou Lula em 2025Política: TSE começa a julgar recursos sobre decisão que tornou Castro inelegível até 2030

Os pedidos abrangem uma gama ampla de produtos, que incluem cosméticos, café, coleiras, alimentos para animais, bananada, facas, bolsas de couro, instrumentos musicais, bebidas alcóolicas, armas de fogo. Além de "Jair Bolsonaro" e "Michelle Bolsonaro", consta na base de dados do **Inpi** pedidos para produtos batizados de "Bolsonaro", "Bolsomito" e "Bolsonaro Mito".

A maioria dos pedidos feitos por Michelle data de 2024. Desde então, alguns já foram confirmados e outros seguem em andamento. Em 2026, a ex-primeira-dama obteve a titularidade de marcas como "Jair Bolsonaro" para perfumes e "Michelle Bolsonaro" para artigos de joalheria.

Nem sempre, no entanto, a ex-primeira-dama tem sucesso. No dia 2 de junho, o **Inpi** indeferiu um

pedido de registro para itens como bolsas de couro. Na justificativa, consta que ela "não exerce atividade lícita e efetiva compatível com os produtos/serviços reivindicados". Em relação ao pedido de registro da marca "Bolsomito" para produtos descritos como "armas de fogo; explosivos; fogos de artifício; munições", ela enfrenta problema similar. O órgão solicitou que a ex-primeira-dama comprove atuação na exploração comercial desse tipo de produto, regulado por norma especial e que depende de autorização do Comando do Exército.

O registro de uma marca não significa que o autor tem interesse imediato na exploração comercial do produto. A busca pela titularidade de uma marca no **Inpi** pode fazer parte de uma estratégia de proteção dos donos. Em nota divulgada em março, o PL Mulher afirmou que pedidos foram feitos para "impedir que o nome de Michelle ou de Jair Bolsonaro sejam utilizados para venda de produtos que não condizem com os valores e princípios defendidos por ambos".

O nome da família é explorado na comercialização de produtos ao menos desde 2024. Naquele ano, o maquiador Agustin Fernandez, amigo de Michelle, colocou a venda em seu site um perfume batizado com o nome do ex-presidente. No momento, o produto consta como esgotado. Em 2024, Eduardo Bolsonaro passou a ser titular da marca de vinhos "Bolsonaro 'Il Mito'", que já havia sido registrada por empresários. Em maio, o irmão do ex-presidente, Renato Bolsonaro, que é pré-candidato a deputado federal por São Paulo, registrou a marca "Clube Bolsonaro" para itens de vestuário.

Retaliação, China e negociação: os caminhos do governo Lula para tentar evitar o tarifaço dos EUA



Executivo brasileiro tem um prazo de 30 dias para tentar negociar as novas taxas

Após a proposta de novas tarifas de 25% sobre produtos brasileiros por parte dos Estados Unidos, o governo do presidente Lula ainda traça qual deve ser o caminho para negociação em torno de uma nova sanção do governo americano.

Dados do IR revelam: quantos brasileiros têm a mesma profissão que você? E qual é o ganho deles? Ameaça: Tarcísio vê risco para empregos e empresas com nova tarifa proposta pelos EUA

Uma reunião de emergência foi realizada na manhã desta terça-feira para decidir o tom da reação à medida que foi tomada pelas autoridades dos Estados Unidos. Participaram o vice-presidente Geraldo Alckmin, além dos ministros Dario Durigan (Fazenda), Márcio Elias (Indústria e Comércio), Sidônio Palmeira (Comunicação Social), e José Guimarães (Relações Institucionais), além de representantes do Itamaraty. O chanceler Mauro Vieira não participa porque está em viagem ao exterior.

Diferente da cautela adotada após o anúncio das primeiras tarifas no ano passado, desta vez Alckmin elevou o tom, afirmando que o governo recebeu a notícia com "indignação e entende ser muito injusta". Também pela manhã, já em clima de eleição, Lula chamou Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de "imbecil" durante evento em Catalão (GO). A decisão do governo americano foi anunciada após reunião com

o candidato da oposição à presidência.

Argumentos: EUA acusam Pix gratuito de forçar rivais americanos a subsidiar 'campeão nacional'

Como mostrou Fabio Graner, a retaliação é uma opção avaliada pelo governo. Áreas como **propriedade intelectual**, muito caras aos americanos, são citadas nos bastidores do governo entre as opções de represália à atitude de Donald Trump.

Outra opção pode ser a judicialização da compra da mineradora de terras raras, Serra Verde para uma empresa americana.

Novos mercados

Durante seu discurso nesta terça, o presidente Lula já sinalizou que pode repetir uma estratégia que foi utilizada no ano passado com o tarifaço: a diversificação de parcerias comerciais, sobretudo com a China.

Lula comemorou o reconhecimento do Brasil como livre da febre aftosa pela China, e ressaltou que a decisão do governo chinês veio da proposta de tarifa dos Estados Unidos.

Minerais críticos, superávit comercial e combate ao crime: O que o Brasil tem usado como argumento para evitar as novas tarifas dos EUA

- Mas como Deus escreve certo por linhas tortas, nada acontece de graça. O que aconteceu hoje para se contrapor a medida do (Donald) Trump (presidente dos EUA)? A China aceitou que o Brasil está nacionalmente livre da febre aftosa, que a nossa carne está livre para o mercado chinês. Então, veja, eu tenho muita sorte, eu não vou ficar chorando. Se você não quer comprar de mim, pode ficar com suas coisas, eu vou vender para outro - afirmou Lula.

No ano passado, mesmo com o tarifaço de Donald Trump, as exportações totais brasileiras aumentaram 3,5% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde da série histórica, mas para os Estados Unidos, as vendas caíram 6,6%. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (Mdic).

Míriam Leitão: Pesquisa aponta que Pix não substitui cartões de crédito, contradizendo uma das alegações dos EUA para nova tarifa

As exportações para os Estados Unidos, por outro lado, diminuíram 6,6%. O resultado, no entanto, é menor que o esperado logo no início do tarifaço contra o Brasil, que chegou a 50% sobre vários produtos e depois teve o alcance reduzido com o início de negociações lideradas pessoalmente pelos presidentes Lula e Trump. Já as exportações para China cresceram em 6%.

Negociação

Mesmo com a insatisfação, o governo ainda tem pregado que o diálogo deve ser o caminho para tentar reverter a possível tarifa.

Questionado sobre quais serão os próximos passos do governo brasileiro para reverter as possíveis taxas, o vice-presidente Alckmin mencionou que o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, participa nesta quarta de evento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, onde também estará o embaixador Jamieson Greer, representante comercial dos Estados Unidos (USTR).

Greer representa o órgão responsável pela recomendação das novas tarifas de 25% sobre produtos brasileiros.

Sobretaxa dos EUA: Brasil já teve tarifa de 50% e de 10%, como ficará agora? Entenda

- O presidente Lula vai falar sobre isso, o diálogo é permanente. Não tem nada marcado, mas é permanente. Tem diálogo entre o USTR e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), o nosso chanceler (Mauro Vieira) estará em Paris, onde estará também o embaixador Greer - disse Alckmin.

Antes do anúncio da nova tarifa de 25%, o foco do governo brasileiro estava na classificação do CV e PCC como organizações terroristas pelos Estados Unidos, sob o receio de eventuais sanções a empresas do sistema financeiro.

À CBN, Durigan disse na segunda que tentaria entrar em contato com o governo americano nesta semana para tratar sobre a decisão. Mais tarde, em entrevista ao SBT News, o ministro reiterou que "não tem problema" em ligar para o secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, mas afirmou que fará isso no seu tempo.

Julgamento no STJ de processo contra Xuxa que já dura 26 anos pode redefinir proteção autoral



Disputa entre Leo Soltz, criador da Turma do Cabralzinho, e a empresa de Xuxa Meneghel volta à pauta do Superior Tribunal de Justiça

Priorizar nos meus resultados Google

A retomada de um julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ), marcada para 9 de junho, pode produzir efeitos que vão além da disputa entre o publicitário Leo Soltz e a empresa Xuxa Promoções e Produções Artísticas, da apresentadora Xuxa Meneghel. Um ponto técnico de relevância econômica está em discussão: a partir de quando devem ser contados os juros moratórios e a correção monetária em condenações por violação de **direitos autorais**. Para especialistas, a decisão poderá influenciar diretamente a segurança jurídica de autores, artistas e inventores em todo o país.

O processo teve início em 2000 e envolve a utilização dos personagens da Turma do Cabralzinho, criados por Soltz, em campanhas publicitárias, produtos licenciados e publicações em quadrinhos. A Justiça já reconheceu de forma definitiva a ocorrência da infração aos **direitos autorais**. Encerrada essa etapa, a controvérsia passou a girar em torno da definição dos valores devidos a título de indenização, incluindo danos emergentes e lucros cessantes obtidos com a exploração indevida da obra.

A preocupação do mercado surgiu após o voto do relator do Recurso Especial, ministro Moura Ribeiro. O entendimento apresentado prevê que juros e correção monetária passem a incidir apenas a partir do encerramento da fase de liquidação da sentença, concluída em 2024. Na prática, isso significa afastar a contagem desde a data da infração origi-

nal, ocorrida décadas antes.

Para advogados e estudiosos do **direito autoral**, a mudança pode reduzir significativamente o valor econômico das condenações em processos longos. O argumento é que a postergação do marco inicial enfraqueceria o princípio da reparação integral ao diminuir os efeitos financeiros da demora processual. Nesse cenário, empresas condenadas teriam menos impacto econômico decorrente da passagem do tempo, mesmo quando a responsabilidade já estivesse reconhecida.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Gustavo Kloh avalia que o entendimento pode extrapolar os limites do caso concreto. Segundo ele, a eventual consolidação desse posicionamento criaria um precedente com potencial de repercussão em diversas ações de responsabilidade civil envolvendo valores ilícitos, alterando parâmetros atualmente adotados pelos tribunais.

O julgamento ganhou contornos ainda mais sensíveis porque a tese defendida no recurso diverge do entendimento historicamente aplicado pelo próprio STJ. A Súmula 54 da Corte estabelece que, em casos de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios devem correr desde o evento danoso. Esse posicionamento foi reafirmado recentemente pela ministra Nancy Andrigli em uma decisão relacionada ao espólio da cantora Miúcha e à utilização de obras ligadas aos compositores Tom Jobim e Toquinho.

Com o placar empatado após pedido de vista, a retomada do julgamento será acompanhada de perto por representantes da indústria cultural, editoras, produtoras e criadores independentes. O desfecho definirá não apenas os efeitos financeiros de uma disputa que atravessa mais de duas décadas, mas também poderá indicar qual será o grau de proteção econômica oferecido aos titulares de **direitos autorais** em processos de longa duração no Brasil.

Entenda o caso

A Justiça marcou a data da última audiência do processo movido pelo publicitário Leonardo Soltz,

criador da Turma do Cabralzinho, contra a apresentadora Xuxa Meneghel, condenada por plágio, encerrando um imbróglgio que se arrasta há 26 anos.

Conforme apurado por VEJA, a audiência acontecerá em 9 de junho, quando a ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, terá que dar seu voto de minerva para definir se deve haver ou não correção do valor da indenização que pode chegar a 50 milhões de reais.

O processo inicial foi aberto em 2000 pelo publicitário Leonardo Soltz, que já venceu em duas instâncias e tem direito a receber uma indenização milionária. O caso é apreciado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, composta pelos ministros Humberto Martins, Nancy Andrighi, Villas Bôas Cueva, Moura Ribeiro e Daniela Teixeira. No momento, a votação está empatada.

Única ministra que ainda falta votar, Nancy Andrighi já votou a favor da tese da defesa de Soltz no passado, em um caso envolvendo **direitos autorais** ligados à obra de Miúcha, Vinicius de Moraes, Tom Jobim e Toquinho, reforçando o entendimento tradicional de proteção patrimonial ampla ao autor.

Em entrevista a VEJA em março deste ano, Soltz, que é representado pelo advogado Marco Túlio de Castro, deu detalhes sobre o imbróglgio judicial. Procurado pela reportagem à época, um dos advogados da empresa de Xuxa, Pedro Barroso, do escritório BMA Advogados, não respondeu à tentativa de contato por e-mail. O espaço segue aberto para atualização caso a defesa da apresentadora deseje se manifestar.

Confira a entrevista com Leonardo Soltz:

Lá atrás, quando você apresentou a ideia da Turma do Cabralzinho para a produtora da Xuxa, ela estava presente ou foi só um encontro com executivos? O projeto foi feito pela minha produtora em 1996, estamos falando de muito tempo atrás. Começamos a construção do projeto pela parte estratégica que depois culminaria com o lançamento. Em 1999, houve uma reunião na Xuxa Produções com o diretor da produtora. Apresentamos o projeto. Depois disso, houve um trabalho interno de "olha, vamos fazer ações mais específicas daqui a alguns meses ou no máximo 30 dias". Recebemos, se não me engano, em junho, uma resposta de que a apresentadora não ia trabalhar em nada específico nas

comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, apesar do interesse pelo projeto e a capacidade técnica apresentados. Em novembro do mesmo ano, fomos surpreendidos com o lançamento da "Turma da Xuxinha nos 500 Anos de Brasil". Ou seja, todas as funções que nós tínhamos passado

- estratégicas, comerciais, culturais - eram exatamente como no nosso projeto. A partir de então, tentamos contato com os executivos, não tivemos resposta e o assunto teve que seguir por vias judiciais. Passados doze anos desta primeira ação, tivemos uma vitória, em 2012, e depois disso estamos acompanhando um conjunto de procrastinação judicial gigante da apresentadora e seus vários advogados. É um processo que perdura por 26 anos.

E ela perdeu, certo? Sim, ela já perdeu em todas as instâncias. Perdeu na primeira, ela questionou o que havia perdido, perdeu novamente, e foi entrando sempre com manobras jurídicas até que chegamos agora na fase final. Porque não existe mais matéria a ser julgada. O que está sendo julgado agora é se o valor da indenização vai ser corrigido com juros e correção monetária ou não. A própria juíza de primeira instância foi categórica em dizer que a apresentadora, por meio dos seus advogados, estava procrastinando e, desde então, nós temos tentado o tempo inteiro, de forma técnica, fazer com que esse processo pudesse seguir o rito final e a uma indenização.

Quando você apresentou o projeto, a Xuxa não estava presente na reunião, então? Não. Os apresentadores normalmente não se envolvem nesse movimento diretamente. Mas, depois, ela ficou ciente do que aconteceu, até porque tentamos várias vezes falar com o entorno de pessoas dela. Nós fomos roubados pela Xuxa Produções e Promoções de Eventos, da qual a Xuxa é a proprietária.

Lembra quais eram os representantes da empresa nessa apresentação? Eram diretores de criação? Eram diretores que tinham autonomia para tomar aquela decisão. Eram profissionais capacitados para esse tipo de processo decisório.

Só para entender a cronologia: entre a apresentação desse projeto e o plágio, quanto tempo foi esse intervalo? Maio de 1999 foi a apresentação; em novembro de 1999 foi o lançamento do projeto deles. Coisa de meses. O projeto já estava registrado junto aos órgãos de **direito autoral** no Brasil (**INPI**,

Belas Artes). Ela alegava que "500 anos do Brasil" era uma efeméride e qualquer um poderia usar. Sim, a efeméride sim, mas não o dress code e os personagens específicos da nossa família de personagens. O prejuízo foi grande porque já tínhamos negociações com várias indústrias nacionais e até com o Governo Federal. Seríamos a fonte oficial do descobrimento. Ela não pegou um "bonequinho" de uma pessoa qualquer; pegou de uma empresa que investiu muito dinheiro em pesquisa para construir algo lúdico que seguiria uma trajetória, como Galinha Pintadinha ou Mundo Bitá.

Depois que vocês viram que eles estavam se apropriando da **propriedade intelectual**, vocês questionaram a empresa? Teve resposta? Desdenharam. Eles entendem que as pessoas não vão tomar providências. Mas eu resolvi tomar, de forma contundente, mesmo sendo uma briga de Davi contra Golias. Estou lutando contra uma apresentadora que tem recursos extremamente diferentes dos meus e quatro bancas de advogados que tentam procrastinar o processo há 26 anos. Agora, o julgamento que vai acontecer não é para discutir matéria. A matéria já foi ganha em primeira e segunda instância. A perícia já foi feita. O que se discute agora é se tenho que receber o valor da indenização com juros e correção ou se - como defende o ministro relator - receber sem juros e correção. Isso não faz sentido. O crime compensa? Você rouba, procrastina por 25 anos e paga o valor original sem correção?

Lembra de quanto era a indenização inicial e qual seria o valor atualizado hoje? Não recordo o número exato original, mas esse número ajustado hoje vai a 49 milhões. Esse é o valor de direito por conta de 26 anos de juros e correção. Eu sempre estive aberto a acordos, mas as propostas eram irracionais.

Esse valor cairia para quanto caso não seja corrigido? Se tirarmos juros e correção, o valor cai para algo próximo de 3 a 7 milhões, acredito. O voto do relator não tem justificativa técnica e vai contra as Súmulas 43 e 7 do STJ. Não se discute mérito (Súmula 7) e não se discute que o valor devido tem juros (Súmula 43). É complicado imaginar que in-

terferências políticas ou o poder de uma celebridade possam mudar uma decisão pacificada em todas as instâncias anteriores.

Quais são as suas expectativas para o julgamento de amanhã? Justiça. Que a ministra entenda que o que buscamos é o direito. O Brasil precisa respeitar o **direito autoral** para não gerar insegurança jurídica no mercado. Quem rouba tem que pagar desde o "momento zero". Espero que a justiça seja boa para quem foi lesado, não para quem lesou.

Por que você acha que esse processo se arrastou por quase 30 anos? É pelo cansaço. Muita gente não tem condições de seguir o que eu segui por 26 anos. Eles procrastinam com petições, processos de nulidade, escondem documentos da perícia. Cria cenários para o tempo passar. Além do meu caso, há um risco para a indústria de **direitos autorais** no Brasil se essa moda pega.

Já encontrou a Xuxa pessoalmente em audiências? Não, ela sempre mandou prepostos e diretores. Nunca participou de nenhuma conversa.

Tem ideia de quanto já gastou com advogados e investimentos no projeto original? Investi muito, não só nas bancas de advogados, mas na concepção do projeto. Ela cortou um sonho. Meu projeto era educacional, para contar a história do Brasil de forma lúdica para crianças. Esse foi o maior prejuízo.

Acompanhe notícias e dicas culturais nos blogs a seguir:

Tela Plana para novidades da TV e do streaming

O Som e a Fúria sobre artistas e lançamentos musicais

Em Cartaz traz dicas de filmes no cinema e no streaming

Livros para notícias sobre literatura e mercado editorial

Câmara celebra 30 anos da Lei de Propriedade Industrial



A Câmara dos Deputados realiza nesta terça-feira uma sessão solene para comemorar os 30 anos da Lei de **Propriedade Industrial**.

Legislação trata de registro e vigência de patentes



Valmir Moratelli Virginia fala de 'humilhação pública', após ser xingada em jogo da seleção

Priorizar nos meus resultados Google



Redação Veja Pesquisa atualiza números do confronto Lula x Flávio e indica espaço para uma surpresa



Valmir Moratelli A namorada de João Fonseca: low-profile e focada nos estudos

A legislação estabeleceu regras de **registro de patentes** e de sua vigência.



Valmir Moratelli Apresentadora da RedeTV! explica expulsão de hotel em Nova York

A cerimônia terá a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, e do presidente do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (INPI), Julio César Castelo Branco Reis Moreira, entre outras autoridades.



Nara Boechat Patrocinador erra feio em campanha com seleção: bandeira no Maracanã

A sessão foi solicitada pelo deputado federal Julio Lopes (PP-RJ), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da **Propriedade Intelectual** e de Combate à **Pirataria** (FPI).

Empresa indenizará empregados pela perda da chance de patente



TST manteve a condenação de uma indústria que deixou de pagar as anuidades exigidas para a conclusão do registro

ao deus-dará Empresa indenizará empregados por perderem a chance de obter patente

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve por unanimidade a condenação de uma indústria que terá de indenizar três empregados pela perda da oportunidade de obter o registro de patente de um equipamento criado por eles e utilizado pela empresa.

No entanto, o colegiado rejeitou, por questões processuais, um recurso que pleiteava uma compensação maior pelos ganhos econômicos gerados pela invenção.

O caso envolve a criação de um "vagoneiro com trolley para troca de ventaneiras", equipamento destinado à movimentação de cargas em altos-fornos. Segundo a descrição apresentada ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, o invento permitia reduzir o tempo de substituição de ventaneiras e caixas de refrigeração, além de melhorar condições de segurança e higiene no trabalho.

A própria ré reconheceu a autoria dos empregados e protocolou, em julho de 2006, um pedido de patente ao **INPI**. Dois dos trabalhadores afirmaram que a empresa havia prometido contraprestação financeira com a conclusão do registro.

O pedido, porém, acabou arquivado definitivamente porque a empresa deixou de pagar as anuidades

exigidas pelo instituto. Com isso, a invenção caiu em domínio público, e os empregados perderam a possibilidade de serem reconhecidos como cotitulares da patente e de receber remuneração vinculada à exploração econômica do invento.

Além dos salários

Para o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), a omissão da empresa causou prejuízo aos inventores ao frustrar a chance concreta de obtenção da patente. O tribunal aplicou a teoria da perda de uma chance, entendendo que o dano indenizável não correspondia ao valor integral do eventual lucro da patente, mas à frustração da oportunidade de alcançar esse benefício.

A reparação foi fixada com base em percentual dos salários dos inventores ao longo de 20 anos, prazo correspondente à duração legal de proteção de uma patente. Para calcular a indenização, o TRT-3 levou em conta a efetiva utilização do invento pela empresa, o potencial econômico e produtivo do equipamento, o prazo de 20 anos de vigência da patente e a probabilidade de sucesso do registro.

A indenização individual foi fixada em 33,33% do último salário de cada inventor, multiplicado por 240 meses (20 anos), com redução de 50%, correspondente ao percentual da "chance perdida".

Os empregados buscavam valor maior. No recurso ao TST, sustentaram que a indenização deveria considerar o proveito econômico obtido pela siderúrgica com a utilização do equipamento, e não apenas os salários. Segundo eles, o invento teria gerado economia anual milionária à siderúrgica.

O TST, porém, manteve a condenação fixada pelo TRT-3. Segundo o relator, ministro Cláudio Brandão, a reparação foi corretamente baseada na teoria da perda de uma chance, já que a patente nunca chegou a ser efetivamente concedida pelo **INPI**. O colegiado considerou também que os inventores não conseguiram demonstrar decisões divergentes específicas sobre o mesmo tema, um dos requisitos para o exame do recurso. Com informações da assessoria de imprensa do TST.

Continuação: Empresa indenizará empregados pela perda da chance de patente

para ler o acórdão

RR 0010114-31.2017.5.03.0054

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem	2
Desenho Industrial	1
Direitos Autorais	1,9,31,32,33
Inovação	17,18,19
Marcas	6,7,8
Marco regulatório INPI	1,2,3,26,27,28,31,32,33,34,35,36,37
Patentes	1,2,10,11,12,13,14,15,16,24,25,26,27
Pirataria	14,15,16,20,21,22,23,26,27,34,35
Propriedade Industrial	1,2,3,28,34,35,36,37
Propriedade Intelectual	1,4,5,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,29,30 31,32,33,34,35